



A educação na perspectiva inclusiva e a formação docente na UNICAMP:

concepções, políticas e projetos pedagógicos



Mirela Garcia dos Reis – mirelagreis@gmail.com

Dra. Débora Cristina Jeffrey – deborajeffrey@yahoo.com.br (orientadora)

Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais
Faculdade de Educação – UNICAMP

Palavras-chave: educação inclusiva; educação dos surdos; formação de professores, políticas educacionais.

O estudo analisa o processo de implementação de políticas educacionais voltadas para a constituição de uma Educação Inclusiva. O Decreto Federal n. 5.626, promulgado em 22 de dezembro de 2005, garante ao surdo o direito e acesso à educação regular bilingue (Libras/Língua Portuguesa). Nesse sentido, as Instituições de Ensino Superior devem cumprir com diversas exigências para garantir o disposto em Decreto. Pretendeu-se, assim, analisar quais foram as estratégias adotadas por uma Instituição de Ensino Superior, Universidade Estadual de Campinas, para o cumprimento das exigências do disposto em Decreto. Nesse sentido, a pesquisa consistiu em um trabalho analítico que buscou fomentar: a) um diálogo com estudos e com os protocolos críticos norteadores da discussão acerca da educação inclusiva; b) o estudo e alguns efeitos da trajetória dessa política desde a sua formulação até a implementação no contexto da prática.

DESENVOLVIMENTO

A pesquisa possui duas fases. O primeiro momento, foi dedicado ao levantamento bibliográfico visando ampliação do quadro teórico de referências acerca do tema estudado – o direito à educação inclusiva, especificamente o direito dos surdos a uma educação regular bilingue e, por consequência a devida formação docente para o atendimento dessa demanda. Paralelamente, foi realizado um levantamento e iniciado o estudo referente às questões metodológicas para compreensão e embasamento teórico para posterior estudo analítico. Além da revisão bibliográfica e teórica-metodológica, foi realizado o levantamento documental. O propósito do levantamento documental foi compreender como se configuram as estratégias utilizadas para o alcance de ações

inclusivas em âmbito educacional, recorrendo a um trabalho que visou compreender o movimento na macro e na micro política. Para a configuração da segunda fase da pesquisa dividimos a sistematização e análise em duas partes: a) a trajetória da política de inclusão na macro política - contextos de influência e de produção de texto; b) a trajetória da política de inclusão para a formação docente na UNICAMP – contexto da prática. Para isso utilizamos: 1) o referencial metodológico para primeiramente identificarmos algumas influências relevantes para problematizar os possíveis discursos presentes no texto do Decreto Federal n. 5.626/2005; 2) o referencial teórico para problematizar os possíveis discursos presentes no texto, assim como, os desafios e as demandas reais

frente à concretização dos objetivos da política; 3) os documentos levantados na UNICAMP e a entrevista concedida para a sistematização dos dados e construção de uma trajetória, ainda em construção, efetuada na micropolítica, isto é, no contexto da prática da UNICAMP.

QUADRO 1 – MECANISMOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE INCLUSÃO EM ÂMBITO INTERNACIONAL E INCLUSÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

ESTRATÉGIAS	MECANISMOS	INSTRUMENTOS
Promulgação da inclusão social em nível mundial	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar os direitos humanos • Acesso igualitário a todos os espaços da vida • Acuidamento e trato com a diversidade • Políticas e práticas inclusivas • Sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino 	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) • Declaração Mundial sobre a Educação para Todos (1990) • Declaração de Salamanca (1994) • Carta do terceiro milênio (1999) • Convenção de Guatemala (1999) • Declaração internacional de Montreal sobre a inclusão (2001) • Convenção sobre o Direito das pessoas com Deficiência (2006)
Promulgação da inclusão social/educacional para surdos	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação das orientações e indicações dos documentos internacionais relativos à inclusão • Reconhecimento e legitimação da Língua Brasileira de Sinais - Libras • Autonomia cultural e educativa • Direito à educação na Língua Brasileira de Sinais • Atendimento educacional especializado na rede regular de ensino • Implementação da Educação Bilingue 	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição Federal (1988) • Lei n. 10.436/2002 • Lei n. 10.098/2000 • Lei n. 9.394/1996 – LDB/1996 • Decreto Federal n. 5.626/2005 • A Educação que nós, surdos queremos e temos direito (2006) • Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez (2007) • Nota Técnica n. 05/2011

CONSTATÇÕES

A partir do estudo realizado, foi possível constatar que:

- 1) "ensinar na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que não são usuais no contexto do nosso ensino, em todos os níveis";
- 2) a articulação e a formação de um núcleo para agregar todas as ações voltadas para o ensino, pesquisa e extensão envolvendo o assunto referente a Libras e a educação para os surdos ainda está em processo de estudo para efetiva configuração;
- 3) o movimento nas Instituições de Ensino Superior estaduais paulistas possuem peculiaridades, pois, para além do *modus operandi* das instâncias acadêmicas, a Autonomia Didática gozada pelas Universidades Estaduais e a dificuldade que as Universidades vêm enfrentando com relação à verba para contratação de professores, resultou, no caso da UNICAMP, num afastamento do Decreto Federal n. 5.626/2005.

QUADRO 2 – DOCUMENTOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS REFERENTES ÀS ESTRATÉGIAS E PLANEJAMENTOS PARA A ADEQUAÇÃO AO DECRETO FEDERAL N. 5.626/05

DOCUMENTOS	ASSUNTOS
• Plano de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Campinas (2005)	• "Visão da universidade em termos de desenvolvimento e de qualidade de ensino e de pesquisa"
• Declaração COO n. 662/06	• Declaração COO n. 662/06
• Of. PRO n. 421/2007	• Of. PRO n. 421/2007
• Parecer PD n. 234/08	• Parecer PD n. 234/08
• Parecer PD n. 113/2007	• Parecer PD n. 113/2007
• Of. SUPPA n. 62/2007	• Of. SUPPA n. 62/2007
• Parecer PD n. 113/2007	• Parecer PD n. 113/2007

QUADRO 3 – DOCUMENTOS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS REFERENTES ÀS ESTRATÉGIAS E PLANEJAMENTOS PARA A ADEQUAÇÃO AO DECRETO FEDERAL N. 5.626/05

DOCUMENTOS	ASSUNTOS
• Of. SUPPA n. 62/2007	• "Atualização do plano de ensino e de pesquisa"
• Declaração COO n. 113/07	• Declaração COO n. 113/07
• Of. SUPPA n. 64/2007	• Of. SUPPA n. 64/2007
• Relatório da reunião da SUPPA n. 130/06	• Relatório da reunião da SUPPA n. 130/06
• Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho de Faculdade de Educação (2006-2011)	• Atas das Reuniões Ordinárias do Conselho de Faculdade de Educação (2006-2011)
• Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia	• Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia

O quadro 2 indica os documentos e correspondentes assuntos colocados em pauta nas diversas instâncias da UNICAMP. Material levantado no Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ), assim como, nos sites das diversas unidades da UNICAMP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do movimento configurado pelos profissionais da UNICAMP e o estudo mais aprofundado acerca das políticas direcionadas à educação bilingue para surdos além de proporcionar o conhecimento do movimento peculiar e das dificuldades enfrentadas por uma Instituição de Ensino Superior, também, trouxeram novos questionamentos. Compreendemos através do estudo realizado que as mudanças a serem efetivadas não estão restritas ao ensino da Língua de Sinais, mas à configuração de novos espaços para o diálogo entre os surdos e os ouvintes. Somente através de espaços que permitam a interlocução entre surdos e ouvintes será possível superar as barreiras educacionais e sociais que ainda estão postas.

Nesse sentido, novos questionamentos apontam para a necessidade de outras pesquisas e estudos que visem compreender: como as Universidades Estaduais Paulistas estão compreendendo e configurando ações para que a formação de professores contemple as novas demandas exigidas pela educação e pela sociedade? Quais serão os próximos passos dados pela UNICAMP para a configuração de novas estratégias? Quais resultados e efeitos essa política de inclusão manifestou? Como vêm se configurando novas estratégias políticas para o alcance das metas estabelecidas pela Política de Inclusão Educacional e Social?

Objetivo:

Analisar quais foram as estratégias adotadas por uma Instituição de Ensino Superior, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), para o cumprimento das exigências do Decreto Federal n. 5.626/2005.

Objetivos Específicos:

- Identificar os Cursos de Graduação, com ênfase na Licenciatura, que incluíram a Libras como componente curricular, na UNICAMP.
- Verificar os projetos políticos pedagógicos dos Cursos de Graduação (Licenciatura) que incluíram a Libras como componente curricular, a fim de destacar a contribuição desta disciplina na formação docente para a educação básica.
- Compreender o movimento que os profissionais vinculados às diversas instâncias acadêmicas realizaram para interpretar e corporificar metas para delinear a oferta de condições institucionais para que

a Libras se torne um objeto de ensino, pesquisa e extensão nos Cursos de formação de professores.

Metodologia:

A pesquisa consiste em um estudo de caso, configurando-se através da abordagem qualitativa. Os dados coletados foram analisados a partir de um referencial teórico-metodológico denominado "abordagem do ciclo de políticas", formulado pelo sociólogo da educação inglês Stephen Ball e estudado e descrito pelo brasileiro Jefferson Mainardes.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. *Diretrizes políticas e globais e relações políticas locais em educação. Currículo sem Fronteiras, Porto Alegre, vol. 1, n. 2, p. xxviii-xliii, 2001.*
 BALL, Stephen J. *Education reform: a critical and post-structural approach.* Buckingham: Open University Press, 1994.
 BRASIL. Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: MEC/SEESP. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.
 Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>.
 MAINARDES, Jefferson. *Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.* Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.
 MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. *Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional.* Educação e Sociedade, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.
 MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.